

SANTA CASA
MISERICÓRDIA DA

CALHETA

Relatório de Atividades e Contas

2020



Relatório de Atividades e Contas 2020

ÍNDICE

Relatório de Atividades

Introdução.....	3
1. Irmandade.....	3
2. Respostas Sociais.....	4
3. Serviço de Medicina Física e Reabilitação.....	5
4. PEA.....	6
5. POAPMC.....	6
6. FEAS.....	6
7. Recursos Humanos.....	7
8. Sistema de Gestão de Qualidade.....	9
9. Património.....	9
10. Contratação Pública.....	9
11. Outras Informações.....	10

Relatório de Contas

1. Introdução.....	11
2. Breve Caracterização.....	12
3. Órgãos Sociais.....	13
4. Respostas Sociais da Instituição.....	14
5. Análise da Situação Económica e Financeira.....	16

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

1. Identificação da Entidade.....	24
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras...24	
3. Base de Apresentação e Principais Políticas Contabilísticas.....	25
4. Investimentos	32
5. Ativos Intangíveis.....	34
6. Inventários.....	34
7. Rendimentos.....	35
8. Subsídios e Outros Apoios do Governo.....	36
9. Provisões, Passivos e Ativos Contingentes	37
10. Imposto sobre o Rendimento	38
11. Instrumentos Financeiros.....	38
12. Fornecimentos e Serviços Externos.....	41
13. Benefícios dos empregados.....	42
14. Outros Gastos	42
15. Outras Informações.....	42

Relatório de Atividades

INTRODUÇÃO

A execução das ações previstas e aprovadas para o ano de 2020 foi condicionada pela declaração de Pandemia pela Organização Mundial de Saúde e, conseqüentemente, pelas determinações da Direção Geral de Saúde e do Governo Regional.

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta preparou o Plano de Contingência da Instituição para acompanhar a evolução da propagação do vírus, antecipando e implementando as medidas de prevenção a fim de assegurar a continuidade das atividades essenciais e prioritárias.

A Santa Casa teve de encerrar, temporariamente, as respostas sociais Centro de Convívio e Centro Social do Pinheiro, bem como os serviços de Medicina Física e Reabilitação e a Loja Solidária. No entanto, as ERPI's, a UAID/RRCCI, o Serviço de Apoio Domiciliário e o Serviço de Fornecimento de Refeições ao domicílio continuaram a funcionar, observando sempre as medidas de segurança para salvaguardar a saúde e a vida dos utentes e colaboradores da Instituição.

Por isso, 2020 foi um ano atípico devido à Pandemia COVID-19, que veio alterar significativamente o nosso quotidiano, colocando novos desafios e obstáculos que foi necessário ultrapassar com criatividade e a colaboração de todos. Entre as várias realizações, possíveis, destacamos as seguintes:

1. IRMANDADE:

- **22 de janeiro** - Visita do Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, Dr José Manuel Rodrigues, à Instituição/ERPI Nossa Senhora da Estrela;
- **15 de setembro** - comemoração do 24º Aniversário do Lar Nossa Senhora da Estrela;
- **16 de setembro** - inauguração das "Obras de Remodelação e Ampliação do Centro de Saúde da Calheta", com a presença do Exmo. Rev. Bispo da Diocese, D. Nuno Brás; do Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, Dr. José Manuel Rodrigues; do Presidente do Governo Regional da Madeira, Dr. Miguel Albuquerque; e outras individualidades. Foi aproveitado o evento para o lançamento do Livro "Hospitais da Misericórdia da Calheta" da autoria do irmão, Dr. Gregório Gouveia, membro da Mesa da Assembleia Geral;
- **7 de outubro** - comemoração do aniversário da Instituição, com uma Mesa Redonda subordinada ao tema "485 Anos da Santa Casa da Misericórdia da Calheta - Missão e Ação", na qual participaram, como oradores, o Exmo. Rev. Bispo do Funchal, D. Nuno Brás, e o irmão Dr. Gregório Gouveia, autor do livro "Hospitais da Misericórdia da Calheta". Este evento foi transmitido em direto pelo canal "NAMINHATERRA.COM".
- **4 de dezembro** - Assembleia Geral Eleitoral;
- **29 de dezembro** - Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais para o quadriénio 2021/2024;



Relatório de Atividades e Contas 2020

2. RESPOSTAS SOCIAIS:

- **ERPI's:**

As atividades planeadas para o ano 2020 foram condicionadas pela pandemia COVID-19, mas procurou-se comemorar datas festivas, como o Dia de Reis, o Dia da Amizade, o Carnaval, a Páscoa, o Dia do Idoso, o Magusto, o Natal. Foram realizadas outras atividades, designadamente, o Terço Missionário e o passeio para ver a iluminação de Natal. Ao longo do ano aproveitamos o bom tempo para lanches e caminhadas no exterior.

Por determinação do Governo Regional, as visitas aos utentes residentes nas ERPI's estiveram suspensas durante alguns períodos e, para colmatar esta ausência, o contato com os familiares foi feito através do telefone e por videoconferência.

Para a retoma das visitas presenciais, foi necessário elaborar o Plano de Visitas e adaptar os respetivos espaços.

Procurou-se essencialmente reforçar todos os cuidados de forma a proteger os utentes que, pela idade e pela saúde frágil, integram os grupos de risco.

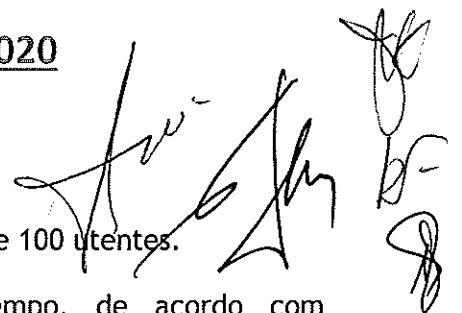
- **Serviço de Apoio Domiciliário:**

A 31 de dezembro o SAD prestava apoio a 282 utentes distribuídos pelas 8 freguesias do concelho:

Freguesias	Nº Utentes por freguesia
Calheta	78
Fajã da Ovelha	45
Estreito da Calheta	42
Arco da Calheta	41
Prazeres	31
Ponta do Pargo	30
Paul do Mar	10
Jardim do Mar	5

Na continuidade do acordo com o ISSM, durante o ano, foram fornecidas cerca de 21.000 refeições no domicílio a 60 idosos, em todo o concelho da Calheta.

Manteve-se o Banco de Ajudas Técnicas com o empréstimo de camas articuladas e cadeiras de rodas.



- **Centro de Convívio:**

Durante o ano de 2020 o Centro de Convívio apoiou cerca de 100 utentes.

As atividades estiveram suspensas durante algum tempo, de acordo com determinação do Governo Regional. Apesar destes condicionalismos, foram desenvolvidas as atividades possíveis, das quais destacamos as seguintes:

- Dia de Reis
- Dia da Amizade
- Carnaval
- Dia do Idoso
- Magusto
- Terço Missionário

- **Loja Solidária**

Mantendo a parceria com a Câmara Municipal da Calheta, Paróquia do Atougua e Vicentinos, continuamos a dinamizar a Loja Solidária. Devido à pandemia, a Loja esteve encerrada durante os meses de abril, maio e junho. No ano de 2020 foram realizados 280 atendimentos, dos quais 82 foram famílias provenientes da Venezuela.

- **Voluntariado**


A 31 de dezembro o número de inscritos no Programa de Voluntariado da Instituição “*Sou Solidário*” era de 19 voluntários, entretanto suspenso devido à pandemia, mantendo apenas no ativo os 9 da Loja Solidária;

3. SERVIÇO DE MEDICINA FÍSICA E DE REABILITAÇÃO:

O Serviço de Medicina Física e Reabilitação - Fisioterapia conta com uma equipa especializada composta por uma Médica Fisiatra, três Fisioterapeutas e dois Auxiliares, que asseguram o tratamento diário aos doentes.

No ano transato foram disponibilizadas um total de 253 consultas de Fisioterapia, menos 87 do que no ano 2019, em virtude do Serviço ter estado encerrado e, posteriormente, reduzido a sua capacidade devido à situação pandémica e às regras impostas pelas autoridades regionais de saúde.

SERVIÇO DE MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO Consultas de Fisiatria 2020



UTENTES	QTE	%
Utentes Externos	201	79,4 %
Funionários	17	6,7 %
Utentes ERPI'S	23	9,1 %
Irmãos	11	4,3 %
Atletas Clube Estrela	1	0,4 %
	253	100 %

Devido às referidas orientações, o Serviço de Medicina Física e Reabilitação esteve encerrado entre 17/03/2020 e 30/04/2020. Durante este período, continuamos a garantir o serviço aos pacientes, através da Fisioterapia Remota (Tele-Fisioterapia), que permitiu aos mesmos realizarem as suas sessões, com feedback em tempo real, no conforto da sua casa, sob a orientação das nossas Fisioterapeutas.

Durante o mês de Maio, esteve encerrado devido a Layoff, tendo recomeçado a sua atividade no dia 01/06/2020.

4. PEA - Programa de Emergência Alimentar

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta cooperou com o Instituto de Segurança Social da Madeira no Programa de Emergência Alimentar.

- PEA 2020 - foram apoiadas, em média, 26 Famílias por mês, abrangendo 76 pessoas.

5. POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta cooperou com o Instituto de Segurança Social da Madeira no Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas:

- Estão a ser apoiados 65 agregados familiares abrangendo 178 pessoas;

6. FEAS - Fundo de Emergência para Apoio Social

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta cooperou com a Secretaria Regional da Inclusão e Cidadania na atribuição do apoio às famílias que viram os seus rendimentos reduzidos.

- O FEAS 2020 apoiou:
 - 84 agregados familiares, com o total de 239 beneficiários, no valor de 117.405,00€;
 - 56 Vales para ajudar os comerciantes e os agregados familiares, no valor de 17.650,00€;
 - 97 pensionistas, beneficiários do Complemento Solidário para Idoso, no valor de 20.543,63€;
 - 44 Ajudantes Domiciliários no valor de 9.653,60€;

7. RECURSOS HUMANOS:

Ao longo do ano de 2020 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

➤ **Candidaturas a Programas de Emprego:**

Na sequência da apresentação de candidaturas a Programas do Instituto de Emprego da Madeira, garantimos a ocupação de 26 desempregados, nas mais diversas áreas, com uma média mensal de 13 colocados, conforme tabela abaixo:

Programas de Emprego - Instituto Emprego Madeira
Média mensal: 13 colocados

PROGRAMA	N.º COLOCADOS	CATEGORIA
POT	13	Auxiliares Serviços Gerais
	2	Motoristas de Ligeiros
	1	Ajudante Manutenção
	1	Rececionista
MAIS	1	Ajudante Manutenção
	1	Jardineiro
PARESS	3	Auxiliares Serviços Gerais
	2	Auxiliares Ação Médica
PROJOVEM - Estágio Garantia	1	Economista
	1	Assistente Social
	26	

➤ **PROCEDIMENTOS PARA RECRUTAMENTO DE PESSOAL:**

Foram realizados os procedimentos abaixo discriminados, que visaram selecionar profissionais competentes com perfil adequado ao exercício das funções, preenchendo eficaz e rapidamente, as faltas de pessoal.

Data de abertura	Vaga/Categoria (M/F)	Motivo
jan-20	Ajudante de Ação Direta 3ª Auxiliar de Serviços Gerais	Constituição de bolsa de reserva (22 concorrentes)
set-20	Auxiliar de Serviços Gerais	Constituição de bolsa de reserva (13 concorrentes)
out-20	Enfermeiro/a	Substituição temporária (3 concorrentes)

➤ **MEDICINA DO TRABALHO:**

A Medicina do Trabalho tem como objetivo proteger a saúde dos trabalhadores, prevenir doenças ocupacionais e controlar riscos profissionais. Em 2020 foram realizadas 57 consultas, bem como os exames contratualizados.

➤ **AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO:**

No ano 2020 foi efetuada a avaliação de desempenho relativamente ao trabalho desenvolvido no ano anterior. Foram avaliados todos os trabalhadores, excetuando os que se encontravam ausentes por motivo de baixa média e/ou por licenças sem vencimento. Os que se encontravam a substituir temporariamente outros trabalhadores também não foram avaliados, pois serão apenas no final do respetivo contrato.

Assim, foram avaliados 87% dos trabalhadores da Instituição

A Média Geral das avaliações, numa escala de 2 a 5, foi de 4,28, ou seja, “BOM”.

➤ **QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS:**

A Misericórdia assegura formação aos/as colaboradores/s de modo a cumprirem as suas funções com competência, identificando necessidades e monitorizando a formação ministrada. Em 2020, devido à situação pandémica, o cronograma do Mapa Anual de Formação previsto foi cumprido parcialmente. Ainda assim, foram realizadas 44 ações sobre os mais variados temas, das quais 15 presenciais e 29 efetuadas online, na forma de Ações de formação e Webinars.

No total foram ministradas 701 horas formativas, tendo abrangido 75% dos/as trabalhadores/as.

➤ **ENVOLVIMENTO E ATIVIDADES PARA COLABORADORES:**

- A Misericórdia mede, regista e avalia a satisfação e motivação dos colaboradores através dos questionários de satisfação. Em 2020 realizaram-se no mês de Outubro, tendo sido obtidas 78 respostas, que se traduziu numa taxa de 62,9%. Apuradas as respostas, verificou-se que 95% dos inquiridos *sentem-se satisfeitos com o papel que a Instituição desempenha na comunidade* e 94% *sentem-se realizados com a função que desempenham*. O grau global de satisfação foi de 3,17 (Satisfeito).
- No mês de Junho, após o confinamento e depois dos “horários em espelho” foi organizada uma Caminhada para todos/as os colaboradores/as, com o slogan: *“Santa Casa em Movimento”*, aliada a um concurso e a uma exposição de fotografia subordinada ao tema *“Um Olhar sobre a Levada”*. Esta atividade serviu não só para promover a prática do exercício físico, como também para fomentar o espírito de grupo, melhorar as relações interpessoais e proporcionar momentos de lazer, num contexto totalmente diferente ao que estão habituados.



Relatório de Atividades e Contas 2020

- Em Novembro foi promovida a campanha “*Juntos Vamos Mais Longe*”, onde cada colaborador/a compôs uma frase sobre a ação desenvolvida pela Santa Casa no concelho, a forma como se sentem a trabalhar na Instituição, o seu relacionamento com utentes, colegas e superiores hierárquicos, dando assim o seu contributo para reforçar a imagem da Instituição, através da sua partilha na internet e redes sociais.
- Na quadra natalícia, num gesto simbólico de gratidão pelo trabalho desenvolvido, pelo esforço e dedicação da equipa neste ano de pandemia, foi preparado e oferecido a cada colaborador/a um *Cabaz de Natal* composto por produtos regionais e locais.
- No mês de Dezembro, de modo a sensibilizar as equipas para a importância de praticar o distanciamento social e físico, foi coreografada uma canção designada “*Dança do Quadrado*”, que contou com a participação dos colaboradores/as da SCMC.
- Mensalmente foi enviado um email aos/às colaboradores/as, com mensagem de reconhecimento pelo seu esforço e dedicação, com palavras de incentivo, motivação e ânimo, sobretudo no período em que as equipas cumpriam horários “espelho”.

8. SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE:

- Apresentação de relatórios de indicadores em janeiro e novembro.
- Análise e aprovação do novo Manual de Diretrizes da Qualidade;
- Realização de reuniões multidisciplinares com os responsáveis de Processos;
- Realização de inquéritos de satisfação a:
 - Utentes das ERPIs, Centro de Convívio e SAD;
 - Colaboradores das ERPIs, SAD e UAID - Rede;
 - Utilizadores do refeitório (almoço);
 - Fornecedores;
 - Familiares/Responsáveis;

9. PATRIMÓNIO:

- Preparação e registo de prédios referentes a legados;
- Levantamento topográfico; mapa de áreas e certificado energético;
- Diligências afim de concretizar a venda do prédio urbano situado no Campanário;
- Preparação de lista de materiais/equipamentos do imobilizado a abater.
- Limpezas nalguns prédios que já estão legalizados em nome da Santa Casa.

10. CONTRATAÇÃO PÚBLICA:

- Foi aberto Concurso Público para o fornecimento de Fraldas e de outros bens utilizados na higiene pessoal dos utentes e na limpeza das instalações.

11. Outras informações:

- A Santa Casa da Misericórdia da Calheta celebrou Protocolos com diversas Entidades, nomeadamente: Instituto de Segurança Social da Madeira, Secretaria Regional da Inclusão e Cidadania, YaroPartilha, Escola Superior de Enfermagem São José de Cluny e com a EBS/PE da Calheta; a Escola Profissional Atlântico e a Escola de Formação "Mente Avançada" para a realização de estágios de alunos, em contexto de trabalho.
- A Santa Casa esteve presente nos seguintes eventos/encontros:
 - 5 de julho - Quinta Magnólia - Encontro com o Presidente da República, Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, e representantes das IPSS da Madeira;
 - 25 de agosto - Jornadas Madeira 2020 - 5.ª edição: Políticas Sociais;
 - 13 de outubro - 72.º Aniversário da Escola Superior de Enfermagem S. José de Cluny;
 - 4 de novembro - Apresentação do Projeto da UIPSS em parceria com a Apel - "Adota um Avô";

A exemplo de anos anteriores foram realizadas Auditorias Financeiras.

Foram realizadas 20 reuniões da Mesa Administrativa;

No mês de novembro foram celebradas missas por intensão dos Irmãos e Benfeitores da Santa Casa falecidos;

Aprovado pela Mesa Administrativa, a 10 de abril de 2021.

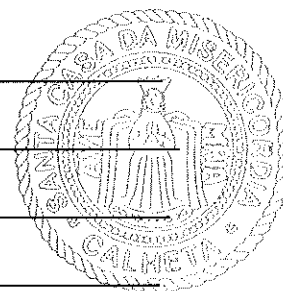
PROVEDOR - José Mário Sousa Nunes _____

VICE-PROVEDOR - José Basílio Azevedo Santos _____

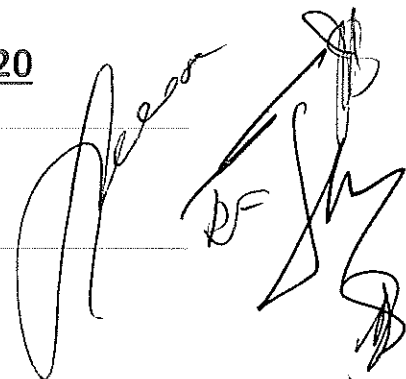
SECRETÁRIO - Manuel Luís Sousa Serrão _____

TESOUREIRO - Norberto Miguel Sousa Sardinha _____

VOGAL - Ana Maria Freitas Nóbrega _____



Relatório de Gestão



I. INTRODUÇÃO

O presente relatório e contas, nos termos definidos no compromisso respeita à atividade desenvolvida no ano de 2020 pela Santa Casa da Misericórdia da Calheta (SCMC).

A SCMC é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 402/85, de 11 de outubro adaptada à Região pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 3/84/M, de 22 de março, alterado pelo Decreto regulamentar Regional n.º 4/86/M, de 29 de março, e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M de 18 de dezembro e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 96/91, de 11 de junho, da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, que se procedeu ao registo definitivo da alteração global dos estatutos de Instituição Particular de Solidariedade Social, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

A alteração do compromisso foi aprovado em Assembleia Geral de 21 de abril de 2016.

Em 05 de maio de 2016 foi remetido ao Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM. Declaração n.º 10/2016, publicado na II série do JORAM, nº 19 de 28 de outubro de 2016.

Nos termos dos Cân. 164-179 do Código de Direito Canónico e do artigo 6.º do Decreto Interpelativo da Conferência Episcopal Portuguesa, aprovou o novo Compromisso para a “Santa Casa da Misericórdia da Calheta”, constituído por quarenta e um artigos e redigidos em vinte e seis páginas, em 31 maio de 2016.

A estrutura orgânica desta Instituição é constituída por 3 órgãos, que são: Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Mesa Administrativa.

Prestar contas é um dos mais nobres atos das instituições, com particular relevo para as que desempenham funções de natureza pública.

É através deste nobre gesto que confrontamos o nosso empenho, na realização dos projetos, ideias e ações com que nos comprometemos nos respetivos Planos de Atividade.

Atentos à dinâmica da SCMC, não é fácil transmitir para o papel a emoção, a alma e a vontade que colocamos na execução do Plano de Atividades aprovado pelos irmãos nas Assembleia. Os factos são eles mesmos a inequívoca manifestação da nossa atividade, do nosso empenho e da nossa vontade em termos uma Instituição cada vez mais forte, mais segura, mais aceite e credibilizada pela sociedade a quem se destina.

Nem sempre é possível agradar a todos. Estamos, sim, ao lado daqueles que viveram a nossa Instituição noutros tempos e os que a vivem agora, permitindo aferir o que éramos e o que somos hoje. Estamos ao lado dos que têm o bom senso para avaliar o que está bem e o que está mal e não daqueles para quem o trabalho desenvolvido está sempre mal. Estamos

ao lado daqueles que trabalham para uma Instituição sustentável e de que os irmãos e colaboradores se orgulhem, fiel aos princípios para que foi criada.

Não seria necessário mencioná-lo mas, para comprovar, está o trabalho voluntário efetuado pelos vários órgãos sociais ao longo dos anos, como prova da capacidade, dedicação à causa e demonstração inequívoca de boa gestão dos recursos.

II. BREVE CARATERIZAÇÃO

As Misericórdias foram criadas há mais de 500 anos, sendo sua fundadora e protetora a rainha D. Leonor. Atualmente, em Portugal, as Misericórdias são cerca de 400 e a sua ação abrange todos os setores da vida social, dedicando-se à infância, juventude e terceira idade.

A Misericórdia da Calheta foi fundada em 1535, por Alvará Régio de 7 de Outubro, tendo, portanto, quase cinco séculos de existência e está vocacionada, sobretudo, para o apoio à terceira idade.

A partir de 8 de Dezembro de 1991, data da inauguração da sua remodelação, a Santa Casa passou a gerir a “ERPI Nossa Senhora da Conceição”, e em 15 de Setembro de 1996, inaugurou o “Centro Comunitário Nossa Senhora da Estrela” onde funcionam a “ERPI Nossa Senhora da Estrela”, o Centro de Convívio, a Sede Social com os serviços administrativos, os serviços da Rede Regional Cuidado Continuados (UAID-RRCCI) e o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

Compromisso: constituído por 74 artigos, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Irmandade em 20/06/1985. Foi homologado em 25 de Junho de 1985 pelo *Bispo da Diocese do Funchal* e o respetivo registo foi lavrado pela inscrição n.º 4/91, a folhas 4 do Livro de Inscrição de IPSS considerando-se efetuada em 28 de Julho de 1991, nos termos do n.º 4 do artigo 13º do supracitado Regulamento.

É uma Instituição canonicamente ereta - Irmandade da Misericórdia.

Fins: Praticar a solidariedade social, concretizada nas Obras de Misericórdia.

A visão e valores: ser uma resposta social de referência, pela prestação de serviços humanizados que potenciam a inclusão social.

CAE - Classificação de Atividade Económica 87301 - Atividades apoio social para pessoas idosas com alojamento, como principal atividade. Em 2013 foi dado início de atividade a atividade secundária com CAE 88990 - Outras atividades de apoio social sem alojamento e 2018 deu-se início de atividade secundária com CAE 86906 - Outras atividades de saúde humana.

Edifícios Arrendados

1921 - A Administração conseguiu restaurar o seu edifício próprio, que ainda hoje se mantém e na qual estão instalados os Paços do Concelho - Câmara Municipal da Calheta. Foi celebrado contrato em abril de 1991.

Relatório de Atividades e Contas 2020

1956 - A Administração presidida pelo comendador Sequeira Cabrita construiu o Hospital da Calheta. Sendo despojada após o 25 de Abril de 1974 cessando a sua atividade que era exclusivamente hospitalar.

Foi celebrado contrato em janeiro de 1999.

2001 - Foi celebrado contrato em dezembro de 2001 entre a Direção Geral dos Registos e Notariado e a Instituição, para o arrendamento das instalações onde funcionam a Conservatória do Registo Civil e Predial da Calheta.

III. ÓRGÃOS SOCIAIS

A Direção está distribuída pelos diversos órgãos, eleitos a 4 dezembro de 2020 com tomada de posse em 29 dezembro de 2020, para o quadriénio 2021/2024, de acordo com a seguinte estrutura orgânica:

Assembleia Geral: Órgão a quem compete o poder deliberativo sobre as questões mais relevantes da Instituição, sendo integrada por todos os irmãos no plano gozo dos seus direitos, o que confere participação e responsabilidade dos membros nas decisões da Instituição.

A Assembleia Geral, para cumprimento das disposições estatutárias, realiza duas assembleias gerais ordinárias, uma em novembro para análise e deliberação sobre a proposta do Plano de Atividades e Orçamento para o ano seguinte e a outra, no mês de março, para análise e deliberação sobre o Relatório e Contas do ano anterior.

Quando necessário realiza assembleias gerais extraordinárias, não tendo-se realizado nenhuma em 2020.

Tem a seguinte composição:

Assembleia Geral (quadriénio 2021/2024)	
Presidente	Francisco Félix Sousa
Secretário	José Gregório Gouveia
Secretário	Armando Alberto Bettencourt Simões Ribeiro

Mesa Administrativa: Órgão por excelência que define as estratégias e a ação da Instituição, competindo-lhe deliberar sobre um vasto e complexo campo de matérias. Toma deliberações em todas as áreas que não se encontrem definidas como competência de outros órgãos e compete-lhe, de entre outras funções, apresentar as estratégias da ação, materializadas no Plano de Atividades e a sua execução no Relatório e Contas.

Tem a seguinte composição:

Mesa Administrativa (quadriénio 2021/2024)	
Presidente	José Mário Sousa Nunes
Vice-Presidente	José Basílio Azevedo Santos
Secretário	Manuel Luís Sousa Serrão

Relatório de Atividades e Contas 2020

Tesoureiro	Norberto Miguel Sousa Sardinha
Vogal	Ana Maria Freitas Nóbrega
Suplente	Delfim Luís D' Achada Lourenço
Suplente	Ângela Paula Cabral Domingos
Suplente	Maria Fátima Silva Andrade

No decurso de 2020 realizaram-se sessões ordinárias, nas quais foram debatidos e analisados vários assuntos, no âmbito das suas competências.

Conselho Fiscal (Definitório): Órgão de fiscalização da Instituição, competindo-lhe as funções definidas no compromisso, sendo-lhe primordialmente atribuídas o papel de fiscalização do cumprimento das metas definidas no Plano de Atividades e Orçamento.

Tem a seguinte composição:

Conselho Fiscal (quadriénio 2021/2024)	
Presidente	Manuel Vieira de Sousa
Vogal	Manuel Alcindo Costa
Vogal	José Manuel Nunes Pereira
Suplentes	Maria Cecília Pereira Gouveia Cachucho
Suplentes	José Henrique Magalhães e Almeida

IV. RESPOSTAS SOCIAIS DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta desenvolve a sua atividade nas seguintes valências:

ERPI Nossa Senhora da Conceição - Rua das Amoreiras n.º 46, 9380-068 Arco da Calheta, com 26 utentes apoiados. A Santa Casa desenvolve a sua atividade neste espaço que pertence a Fábrica da Igreja do Arco da Calheta.

ERPI Nossa Senhora da Estrela - Rua Estrada Simão Gonçalves Câmara, ER 224 n.º 91, 9370 - 139 Calheta, com 58 utentes apoiados.

O âmbito de ação das valências, ERPI Nossa Senhora da Estrela e ERPI Nossa Senhora da Conceição, consiste no alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para idosos em situação de maior risco de perda de independência e/ou autonomia.

Centro de Convívio - Rua Estrada Simão Gonçalves Câmara, ER 224 n.º 91, 9370 - 139 Calheta, com 100 utentes apoiados.

Desenvolve atividades de apoio a população idosa procurando proporcionar atividades socio-recreativas e de ocupação. Procura fomentar também as relações interpessoais ao nível dos idosos e destes com os outros grupos etários a fim de evitar o isolamento.

Em relação às referidas respostas sociais, ERPI Nossa Senhora da Conceição, ERPI Nossa Senhora da Estrela e Centro de Convívio para Idosos, foi celebrado acordo de cooperação n.º 04/2005 com o Instituto de Segurança Social da Madeira. Com produção de efeitos a 01 de Maio de 2006 foi feita uma adenda ao referido acordo. Esta adenda teve por objetivo a revisão do valor da comparticipação financeira, designadamente em resultado de alterações quer, na capacidade das ERPIs e Centro de Convívio, objeto do mesmo acordo, quer no horário de funcionamento da valência Centro de Convívio.

Serviço de Ajuda Domiciliária - Clássico - presta apoio a população idosa em todas as freguesias do concelho da Calheta, numa média de 300 utentes. A Santa Casa presta o seu serviço nesta resposta social tendo por base o acordo de gestão n.º 01/2018 celebrado com o Instituto de Segurança Social da Madeira. Consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados ao domicílio, a indivíduos e famílias, quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades de vida diária, nomeadamente na prestação de cuidados de higiene pessoal e habitacional, e tratamento de roupa.

Serviço de Ajuda Domiciliária - Refeições - tem como objetivo a produção, transporte e distribuição de refeições ao domicílio a 60 Utentes. A Santa Casa presta o seu serviço nesta resposta social tendo por base o acordo de gestão n.º 01/2018 celebrado com o ISSM.

Rede Regional Cuidados Continuados Integrados - UAID - Unidade de Apoio Integrado Domiciliário da Calheta. Com o Instituto de Segurança Social da Madeira e Serviço Regional de Saúde da RAM, E.P.E. foi celebrado acordo de cooperação n.º 01/2018 que consiste na prestação ao domicílio para pessoas em situação de dependência ou em risco de perda de autonomia, garantindo, em regime de itinerância, a prestação de cuidados continuados, nomeadamente na reabilitação global do utente, na ajuda na aquisição de capacidades e competências dos utilizadores e suas famílias, promovendo a máxima autonomia e autocuidado.

Centro Social do Pinheiro - sítio do Pinheiro, Arco da Calheta. Usufruem deste centro cerca de 14 utentes. A Santa Casa colabora com o Instituto de Segurança Social da Madeira, na gestão deste centro, tendo por base o acordo de cooperação n.º 02/2003. É de referir que o espaço onde está instalado o centro pertence à Câmara Municipal da Calheta.

Desenvolve atividades lúdicas-didáticas e de convívio com vista a melhoria das condições de vida dos utentes e da sua melhor integração social.

V. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em conformidade com o estabelecido no compromisso da Instituição, mais concretamente, de acordo com o disposto do artigo 21º n.º 1 e alínea c) “Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou compromissórias dos Órgãos e ... apreciar, discutir e votar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior ... propostos pela Mesa Administrativa, ... sempre sob parecer do Conselho Fiscal.”, a Mesa Administrativa apresenta o relatório e contas do ano económico de 2020, para apreciação.

No cumprimento da Lei e do Estatuto, para o efeito, apresentamos mapas de pormenor com informação relevante que facilita uma melhor compreensão e análise.

A informação legalmente exigível faz parte integrante do anexo. Porém, apresentamos informação complementar, a qual permite melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação dos irmãos e que resultam da atividade desenvolvida, no âmbito do plano de atividades e orçamento aprovados.

Rendimentos

As rubricas com maior realce, designadas de grandes rubricas, são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os rendimentos obtidos, no período em análise, um total de 2 971 658 euros:

Rubricas	2019	2020	Variação 2019/2020	Orçamento 2020	Desvio face ao orçamento
72 - Prestação de Serviços	845 090	812 764	-32 326	783 000	29 764
75 - Subsídios à exploração	1 441 346	1 583 699	142 353	1 477 000	106 699
75 - Reversões	102 787	95 577	-7 210	95 000	577
78 - Outros Rendimentos e ganhos	373 720	478 402	104 682	346 000	132 402
79 - Juros e outros rendimentos	4 862	1 215	-3 647	1 000	215
TOTAL	2 767 806	2 971 658	203 852	2 702 000	269 658

Relativamente ao exercício anterior, registamos um acréscimo de rendimento de 203 852 euros.

Em relação ao orçamentado registou-se um aumento de 269 658 euros.

Onde se verificou maiores desvios, foram nas rubricas de *Subsídios à exploração* e nos *Outros rendimentos*.

O desvio orçamental ocorreu devido a imprevisibilidade de alguns rendimentos aquando da elaboração do orçamento.

Analisemos no quadro seguinte os rendimentos de uma forma mais desagregada:

Relatório de Atividades e Contas 2020

Rendimentos	2019	2020	Varição 2019/2020	Orçamentado 2020	Desvio face ao orçamento
Prestações de Serviços	845 090	812 764	-32 326	783 000	29 764
721411 - Pensões	508 769	510 158	1 390		
721412 - Participações	167 916	160 635	-7 280		
72144 - Centro Convívio	7 566	4 275	-3 291		
72145 - Centro S. Pinheiro	153	100	-53		
722 - Quotizações	2 440	2 510	70		
725 - Serviço Fisioterapia	120 157	91 573	-28 584		
7272 - Serviços Refeições	30 457	34 757	4 300		
7273 - Serviços Lavandaria	705	711	6		
7274 - Serviços Fraldas	6 929	8 045	1 116		
Subsídio à exploração	1 441 346	1 583 699	142 353	1 477 000	106 699
7511 - Segurança Social - Acordos	1 431 014	1 487 566	56 552		
7512 - Segurança Social - Programas	2 648	65 796	63 148		
752 - Outras Entidades	7 685	30 337	22 652		
76 - Reversões	102 787	95 577	-7 210	95 000	577
7621 - Dívidas a receber	7 787	577	-7 210		
7623 - Em Investimentos	95 000	95 000	0		
78 - Outros rendimentos	373 720	478 402	104 682	346 000	132 402
7871 - Alienação Ativos Tangíveis	75 109	0	-75 109		
7873 - Rendas	100 440	100 911	471		
7883 - Subsídios ao Investimento	86 574	243 404	156 829		
7885 - Restituição Imposto	2 757	253	-2 503		
78881 - Reembolso de Despesas	5 155	5 253	99		
78884 - Descontos Financeiros	3 940	516	-3 423		
788851 - Donativos Fiscais	11 756	10 340	-1 415		
788852 - Donativos em Espécie	8 145	11 308	3 163		
788853 - Donativos não Fiscais	30 878	77 008	46 129		
78886 - Outros rendimentos	44 340	25 999	-18 341		
78888 - Cedência Equipamento	1 405	1 095	-310		
78889 - Consignação IRS	2 361	2 078	-283		
78889 - Outros	862	236	-626		
79 - Juros e outros rendimentos	4 862	1 215	-3 647	1 000	215
791-Juros obtidos	4 862	1 215	-3 647		
Total Receitas	2 767 806	2 971 658	203 852	2 702 000	269 658

Gastos

As rubricas de maior relevo, designadas de grandes rubricas, são apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os gastos e perdas, no período em análise, num total de 2 629 359 euros:

Rubricas	2019	2020	Variação 2019/2020	Orçamento 2020	Desvio face ao orçamento
61 - Custo Mercadorias	244 487	276 049	31 563	256 000	20 049
62 - Fornecimentos e serviços externos	211 847	216 439	4 592	293 300	-76 861
63 - Gastos com pessoal	1 645 151	1 694 378	49 227	1 784 900	-90 522
64 - Gastos de depreciação	123 094	330 003	206 909	205 000	125 003
65 - Perdas por imparidade	15 900	64 562	48 662	10 000	54 562
67 - Provisões	0	44 773	44 773	0	44 773
68 - Outros gastos e perdas	1 983	3 153	1 170	11 800	-8 647
TOTAL	2 242 462	2 629 359	386 897	2 561 000	68 359

Relativamente ao exercício anterior, registamos um acréscimo de gastos no valor de 386 897 euros.

Em relação ao orçamentado registou-se um acréscimo no valor de 68 359 euros.

As *mercadorias vendidas e matérias consumidas* estão sobretudo relacionadas com as aquisições de géneros alimentares, de medicação, de produtos de higiene e conforto e de produtos de limpeza entre outros.

Os *fornecimentos e serviços externos* dizem respeito aos serviços especializados, a conservação e reparação, aos materiais, a energia e fluidos, as deslocações e transporte, aos serviços diversos e aos encargos com utente.

Relativamente aos *gastos de pessoal* registou um acréscimo relacionado com o aumento do salário mínimo regional e consequente aumento na tabela salarial aplicado pela Instituição.

A taxa de 22,3% de contribuição da segurança social mantém-se desde 2018.

Os *gastos de depreciação e amortização* resultaram da aplicação das taxas de depreciação e amortização adotadas, de acordo com as normas legais aplicáveis e em vigor.

Quanto às *perdas por imparidade* nas dívidas a receber dos familiares dos utentes, o seu cálculo foi obtido no respeito pelo princípio da prudência, de acordo com a evolução de situações recentes e tendo em conta o contexto económico atual.

Em *provisões* está reconhecida uma possível perda com um processo judicial.

Relatório de Atividades e Contas 2020

Analisemos no quadro seguinte os gastos de uma forma mais desagregada.

Gastos	2019	2020	Varição 2019/2020	Orçamentado 2020	Desvio face ao orçamento
61 - CMVMC	244 487	276 049	31 563	256 000	20 049
612/3-Gêneros Alimentares	134 748	140 279	5 530		
6142-Medicamentos/Encargos Saúde	32 096	37 017	4 922		
6144-Material Higiene e Conforto	52 383	69 259	16 876		
6145-Material de Limpeza	20 412	24 497	4 085		
6146-Material Escritório/Didático	3 442	3 596	154		
6146-Material Diverso	1 405	1 401	-4		
62 - Fornecimento e Ser. Externos	211 847	216 439	4 592	293 300	-76 861
6221/2/4 - Serviços Especializados	13 369	15 637	2 268	59 000	-43 363
622101-Serviços Informático	7 003	8 707	1 704		
622102-Desinfestação/Extintor	985	1 457	472		
622103-Segurança e Higiene Trabalho	91	182	91		
622105-Auditoria Financeira	4 880	4 880	0		
622108-Contratação Pública	411	411	0		
6222-Publicidade	0	88	88	1 000	-912
6224-Honorários	46 049	36 915	-9 133	60 000	-23 085
6226-Conservação e Reparação	29 358	29 528	170	32 500	-2 972
622621-Reparação Lavandaria	2 432	1 675	-756		
622623-Reparação Transporte	12 792	2 214	-10 578		
622624-Reparação Elevadores	4 134	14 551	10 417		
622625-Reparação Cozinha	4 718	5 724	1 006		
622629-Outras Reparação	5 282	5 364	82		
6227-Serviços Bancários	1 019	1 788	769	1 500	288
6228-Outros	0	0	0	1 000	-1 000
623 - Materiais	5 436	22 631	17 194	6 250	16 381
6231- Ferramentas e Utensílios	4 046	1 842	-2 205		
6232- Livros e Documentação	160	18 563	18 403		
6234-Artigos para oferta	624	1 693	1 069		
6235-Material Didático	30	0	-30		
6236-Jornais e revistas	576	533	-43		
624 - Energia e fluídos	84 153	81 339	-2 814	88 000	-6 661
6241-Eletricidade	39 844	35 517	-4 327		
62421-Gás	20 114	24 482	4 368		
62422-Gasóleo	15 670	12 554	-3 116		
6243-Água	8 526	8 787	262		
625 - Deslocações e estadas	2 829	824	-2 004	6 000	-5 176
6251/2-Deslocações e Estadas	2 666	656	-2 010		
6253-Transporte Mercadorias	0	85	85		
6258-Outros	163	83	-80		

Relatório de Atividades e Contas 2020

626 - Serviços Diversos	24 476	20 851	-3 625	29 500	-8 649
6262-Comunicação	4 496	5 890	1 394		
6263-Seguros	3 485	3 641	157		
6265-Contencioso e notariado	1 802	1 111	-690		
6266-Despesas Representação	300	0	-300		
6268-Outros serviços	4 115	685	-3 430		
6269-Rouparia	10 279	9 523	-755		
627 - Encargos com utentes	5 158	6 838	1 680	8 550	-1 712
627-Encargos com utentes	5 158	6 838	1 680		
63 - Gastos com pessoal	1 645 151	1 694 378	49 227	1 784 900	-90 522
6321-Remunerações do pessoal	1 205 411	1 237 197	31 787		
63221-Sub. Alimentação	98 474	99 249	776		
63222-Horas Extras	121	92	-29		
63223-Ferriados	5 531	15 782	10 251		
63224-Subsidio Turno	22 359	23 185	827		
63226-Abono para Falhas	936	885	-51		
63227-Subsídio Transporte	15 909	16 558	648		
6351-Encargos sobre remuneração	274 588	280 998	6 410		
6352-Fundo Compensação	205	207	1		
636-Seguros acidente trabalho	10 907	12 515	1 608		
6385-Vestuário e Calçado	6 538	0	-6 538		
6386-Medicina no Trabalho	2 326	2 389	63		
6387-Formação	1 463	1 648	185		
6388-Outros gastos com o pessoal	384	3 674	3 289		
64 - Gastos de depreciação	123 094	330 003	206 909	205 000	125 003
642-Ativos fixos tangíveis	121 397	329 634	208 237		
643-Ativos fixos intangíveis	1 697	369	-1 328		
65 - Perdas por imparidade	15 900	64 562	48 662	10 000	54 562
651-Em dívidas a receber	15 900	64 562	48 662		
67 - Provisões	0	44 773	44 773	0	44 773
673-Processos Judiciais	0	44 773			
68 - Outros gastos e perdas	1 983	3 153	1 170	11 800	-8 647
6883-Quotizações	1 340	1 220	-120		
688-Outros	643	1 933	1 290		
TOTAL	2 242 462	2 629 358	386 896	2 561 000	68 358

Conclui-se que apesar dos desvios, a execução não foi prejudicada e que não teve repercussões que pudessem em qualquer momento criar dificuldades de funcionamento.

Relatório de Atividades e Contas 2020

Investimentos

As aquisições em ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis realizadas no período em apreço totalizaram 4 729 euros, conforme se demonstra no quadro seguinte:

Investimentos	2020	2019
Equipamento básico	1 583	4 454
Equipamento administrativo	1 803	1 263
Outro ativos fixo tangíveis	1 343	5 466
Ativos intangíveis	0	549
TOTAL	4 729	11 732

Os investimentos totalizaram em 2020 o montante 4 435 200 euros, nomeadamente em Edifícios e outras construções no valor de 4 430 471€, relativo a conclusão da Obra de Remodelação e Ampliação do Centro de Saúde da Calheta e em ativos fixos tangíveis no valor de 4 729 euros.

Ativos	31-12-2019	Adições	Abate Alienação	Transferência	31-12-2020	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	446 643				446 643		446 643
Edifícios e outras construções	3 675 761	4 430 471			8 106 232	2 123 522	5 982 710
Equipamento básico	755 081	1 583			756 664	717 403	39 262
Equipamento de transporte	306 309				306 309	298 350	7 959
Equipamento administrativo	161 681	1 803			163 484	162 784	700
Outros ativos fixos tangíveis	75 021	1 343			76 364	74 284	2 079
Ativo Bruto	5 420 496	4 435 200	0	0	9 855 696	3 376 343	6 479 353

Os ativos intangíveis encontram-se totalmente amortizados.

Ativos	31-12-2019	Adições	Abate Alienação	Transferência	31-12-2020	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Ativos intangíveis	7 822				7 822	7 822	0
TOTAL	7 822	0	0	0	7 822	7 822	0

Os investimentos em curso teve um acréscimo no ano de 2020, no valor de 1 371 999 euros, relativo a “Obra de Remodelação e Ampliação do Centro de Saúde da Calheta” e a “Obra de Remodelação e Ampliação da ERPI Nossa Senhora da Estrela”. Em 2020 concluiu-se a Obra do Centro de Saúde (Hospital da Calheta) e deste modo procedeu-se à transferência do Investimento em curso para Edifícios e outras construções.

Ativos	31-12-2019	Adições	Abate Alienação	Transferências	31-12-2020	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Investimentos em curso - Obra Estrela	71 685	8 160			79 845		79 845
Investimentos em curso - Obra Centro Saúde	3 066 632	1 363 839		4 430 471	0		0
TOTAL	3 138 317	1 371 999	0	4 430 471	79 844	0	79 844

Relatório de Atividades e Contas 2020

As amortizações no período totalizaram o valor de 330 004 euros.

Ativos fixo tangíveis	31-12-2019	Depreciações	31-12-2020
Edifícios e outras construções	1 832 052	291 470	2 123 522
Equipamento básico	691 782	25 621	717 403
Equipamento de transporte	290 391	7 959	298 350
Equipamento administrativo	160 006	2 778	162 784
Outro Ativos fixo tangíveis	72 478	1 806	74 284
TOTAL	3 046 709	329 634	3 376 343

Ativos Intangíveis	31-12-2019	Amortização	31-12-2020
TOTAL	7 452	370	7 822

Quantia Escriturada	3 054 161	330 004	3 384 165
----------------------------	------------------	----------------	------------------

Eventos Subsequentes

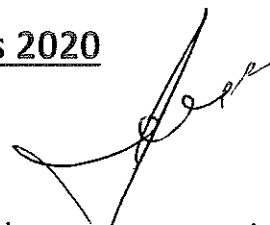
O ano de 2020 foi marcado pelo agravamento da pandemia a nível mundial, iniciada em 2019 e continuando a sentir os seus efeitos negativos em 2021.

Para colmatar o aumento de custos com a pandemia, houve em 2020 um apoio à Instituição por parte do Governo Regional, através da Secretária Regional de Inclusão Social e Cidadania, pela Resolução n.º 602/2020 de 14 de agosto, denominado “Fundo de Apoio à Economia Social - Social Ajuda +”, no valor de 46.929€. Prevê-se a continuidade do apoio em 2021, ao qual a Instituição já apresentou candidatura.

Considerando o seu impacto negativo sobre a economia regional e condicionando ou limitando os recursos mínimos garantes da sobrevivência e das condições básicas de vida dos segmentos mais carenciados da população, através da Resolução n.º 134/2020, de 23 de março, o Governo Regional constituiu um Fundo de Emergência para Apoio Social - FEAS, do qual a Santa Casa foi entidade parceira na distribuição do apoio à população afetada pela redução de rendimentos. Prevê-se a continuidade da parceria em 2021.

As atividades de apoio social para pessoas com alojamento - ERPI's, e o apoio social para pessoas sem alojamento - serviço do apoio domiciliário, mantiveram o seu funcionamento em 2020, continuado em 2021, com as devidas restrições e cuidados. No entanto, houve a necessidade de encerrar em meados de março de 2020, durante cerca de 2 meses, o Serviço de Fisioterapia, o Centro Convívio da Estrela e o Centro Social do Pinheiro, o que voltou a verificar-se no primeiro trimestre de 2021. No entanto estamos convictos de que não está posta em causa a continuidade destes serviços e, conseqüentemente, da Santa Casa.

Em 30 de março de 2021 foi assinado o contrato de adjudicação da empreitada relativo à “Obra de Remodelação e Ampliação da ERPI Nossa Senhora da Estrela”, entre a Santa Casa e a empresa JRS - Construções, pelo preço contratual de 2.729.225,35€ acrescido do IVA, à taxa legal. Prevemos que o início dos trabalhos ocorrerá no mês de Maio de 2021, com prazo de execução de 540 dias, a contar da data da sua consignação.



Conclusão

Com o presente documento, confirma-se a gestão equilibrada, sem por em risco, em qualquer momento, as metas e objetivos propostos.

Face ao que antecede, a Mesa Administrativa propõe à Assembleia Geral o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do período de 2020;
2. Que seja aprovada a aplicação do resultado líquido no valor positivo de 342 299 euros para a conta "Fundos".

A Mesa Administrativa agradece e reconhece que sem o trabalho, dedicação e empenho de todos os colaboradores, que contribuíram de forma crucial para a concretização dos resultados alcançados.

Calheta, 10 abril de 2021

Mesa Administrativa

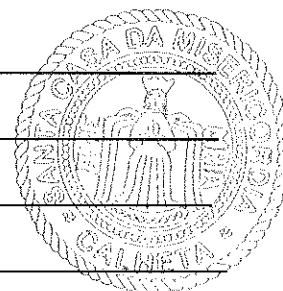
Provedor (José Mário de Sousa Nunes) _____

Vice Provedor (José Basílio Azevedo Santos) _____

Secretário (Manuel Luís Sousa Serrão) _____

Tesoureiro (Norberto Miguel Sousa Sardinha) _____

Vogal (Ana Maria Freitas Nóbrega) _____



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1. Identificação da Entidade

1.1 Designação da entidade: Santa Casa da Misericórdia da Calheta

1.2 Sede: Rua Estrada Simão Gonçalves Câmara - ER224 n.º 91 9370 -139 Calheta

1.3 Número de identificação de pessoa coletiva: 511033982

1.4 Natureza da Atividade: A Santa Casa da Misericórdia da Calheta, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, adaptado à Região pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 3/84/M, de 22 de Março, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 4/86/M, de 29 de Março e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 96/91, de 11 de Junho da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, que, se procedeu ao registo definitivo da alteração global dos estatutos da Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

Portaria n.º 78/2007 de 16 agosto da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.

Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M, de 18 de dezembro, que estabelece os princípios orientadores e o enquadramento a que deve obedecer a cooperação entre o ISSM, e as IPSS.

Decreto Legislativo Regional n.º 9/2015/M, de 2 de dezembro, que aprova o Estatuto das IPSS.

Compromisso da Santa Casa - Declaração n.º 10/2016 JORAM n.º 190 de 28 outubro, série II, da Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais.

1.5 - Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em unidade de euro, suprimidas as casas decimais, podendo este facto influenciar os vários subtotais.

2 Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as novas disposições previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março de 2011, a Santa Casa aplica a Norma de Contabilização e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) do SNC, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 29 de julho de 2015, através do Aviso n.º 8259/2015.

O Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Relatório de Atividades e Contas 2020

- Modelos de Demonstração Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo - Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de julho e Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI);

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como as quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.*

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2020 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2019, com exceção dos valores em “caixa” uma vez que alterou-se o procedimento utilizado em 2019, em 2020 o valor a receber da fisioterapia registou-se em “outros devedores e credores”.

3. Base de Apresentação e Principais Políticas Contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Santa Casa na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Principais políticas contabilísticas:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Santa Casa continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins (Sustentabilidade).

3.1.2 Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a

Estrutura Conceptual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas Demonstrações Financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação comparativa

Pretendeu-se, nas Demonstrações Financeiras, divulgar a informação comparativa com o período anterior, respeitando o Princípio da Continuidade da Santa Casa e procurando que as políticas contabilísticas fossem levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo. Ver nota 2.3.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição ou de produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Relatório de Atividades e Contas 2020

Os Ativos que foram atribuídos à Instituição a título gratuito encontram-se mensurados pelo Valor Patrimonial Tributário.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com a manutenção e reparação dos ativos são registados como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Pelo regime de depreciações utilizado anteriormente revelar efetuar uma estimativa de vida útil adequada, mantiveram-se as taxas até aqui utilizadas, extraídas da legislação fiscal.

Ativo Fixo Tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	Entre 16 e 50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento básico	Entre 3 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 3 a 8 anos

É procedimento da Instituição depreciar a 100% os ativos fixos tangíveis e intangíveis de reduzido valor, inferior a mil euros, dada a sua imaterialidade.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhoras significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, extraído da legislação fiscal.

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de Computador	Entre 3 a 6 anos

3.2.3 Bens do Património Histórico e Cultural

Não existem bens do Património Histórico e Cultural.

3.2.4 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões foram revistas na data do balanço e ajustadas, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota.

Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.5 Imparidade de Ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

3.2.6 Locações

Não existem contratos de locação.

3.2.7 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento. A Entidade adota como método de custeio dos Inventários o Custo Médio Ponderado, em sistema de inventário permanente. No ponto 6 deste anexo refere a política de reconhecimento dos bens doados.

3.2.8 Rendimentos e gastos

O rendimento é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou, a receber.

O rendimento proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensuráveis com fiabilidade.

O rendimento proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rendimento proveniente das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rendimento de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta é uma pessoa coletiva de utilidade pública, sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola. Encontra-se isenta de IRC.

3.2.10 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:



Créditos a receber e outros ativos correntes

Os “Créditos a receber” e os “Outros ativos correntes”, encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estes se encontram reconhecidos, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros encontram-se com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas a registada em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas registadas pelo seu valor nominal

Financiamentos Obtidos

Não existem empréstimos junto de instituições bancárias ao longo de todo o exercício, sendo que os gastos apresentados como comissões bancárias correspondem a comissões de serviços.

Caixa e depósitos bancários

Os valores inscritos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e os depósitos bancários e outros que possam ser imediatamente mobilizados sem risco significativo de alterações de valor.

Devem se indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outros ativos correntes» e «Outros passivos correntes» e «Diferimentos» do balanço.

Classificação de fundos patrimoniais e passivo

Os passivos financeiros e os fundos patrimoniais são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

3.2.11 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos e inclui o resultado líquido acumulado.

As “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais” são compostas por fundos atribuídos por terceiros e por fundos acumulados e outros excedentes.

3.2.12 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, diuturnidades, feriados, subsídio de turno e de transporte, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais deliberadas pontualmente pela Mesa Administrativa.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Instituição, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.13 Subsídios à exploração e outros

Estes subsídios são reconhecidos, sempre que possível, como rendimento do próprio período independentemente da data do seu recebimento.

3.2.14 Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos quando contratualizados em Fundos Patrimoniais, e a Instituição se compromete a cumprir com todas as obrigações decorrentes dos contratos firmados. São refletidos no resultado com a imputação de acordo com a depreciação do ativo ao investimento.

3.2.15 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa da Misericórdia da Calheta.

Os acontecimentos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os

eventos após a data do balanço são divulgadas nas demonstrações financeiras, se forem consideradas materiais. Ver para a nota 15.5 Eventos Subsequentes

3.2.16 Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas em conformidade com as NCRF-ESNL, foram efetuados juízes de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, e fundos patrimoniais, assim como as quantias relatadas de rendimento e gastos incorridos relativos aos períodos reportados.

Todas as estimativas efetuadas pela Instituição foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- Férias e subsídio de férias;
- Subsídios à exploração;
- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de imparidades aos valores do ativo, nomeadamente de clientes.

3.2.17 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, exceto quanto ao descrito no ponto 2.3.

4. Investimentos

4.1. Bens do domínio público

As Demonstrações Financeiras não refletem quaisquer efeitos resultantes do usufruto de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

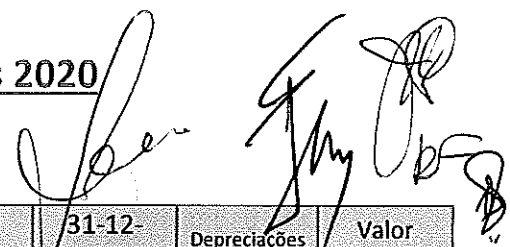
4.2. Bens do património histórico, artístico e cultural

A Instituição não possui nem usufrui de quaisquer bem do património histórico, artístico ou cultural.

4.3. Ativos fixos tangíveis

- a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.
- b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2019 e 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



Ativos	31-12-2019	Adições	Abate Alienação	Transferências	31-12- 2020	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	446 643				446 643		446 643
Edifícios e outras construções	3 675 761	4 430 471			8 106 232	2 123 522	5 982 710
Equipamento básico	755 081	1 583			756 664	717 403	39 262
Equipamento de transporte	306 309				306 309	298 350	7 959
Equipamento administrativo	161 681	1 803			163 484	162 784	700
Outros ativos fixos tangíveis	75 021	1 343			76 364	74 284	2 079
Ativo Bruto	5 420 496	4 435 200	0	0	9 855 696	3 376 343	6 479 353
Investimentos em curso - Obra Estrela	71 685	8 160			79 845		79 845
Investimentos em curso - Obra Hospital	3 066 632	1 363 839		4 430 471	0		0
TOTAL	8 558 813	5 807 198	0	4 430 471	9 935 540	3 376 343	6 559 197

As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, e a vida útil determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

As depreciações no montante total de 329 634 euros foram reconhecidas na rubrica «gastos de depreciação e amortização».

Ativos fixo tangíveis	31-12-2019	Depreciações	31-12-2020
Edifícios e outras construções	1 832 052	291 470	2 123 522
Equipamento básico	691 782	25 621	717 403
Equipamento de transporte	290 391	7 959	298 350
Equipamento administrativo	160 006	2 778	162 784
Outro Ativos fixo tangíveis	72 478	1 806	74 284
TOTAL	3 046 709	329 634	3 376 343

A obra de Remodelação e Ampliação do Centro de Saúde da Calheta - Hospital conclui-se em julho com data do auto receção da obra em 31-07-2020. O custo total foi de 4 430 471€, passando de “obra em curso” para “ativos fixos tangíveis” em 2020. A sua inauguração foi em 17-09-2020.

Permanece em Investimentos em Curso, 79.845€ referente a “Obra de Remodelação e Ampliação da ERPI Nossa Senhora da Estrela”. Devido a várias situações, resultou no atraso no procedimento de contratação pública e consequentemente início da obra.

Não existe quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos.

5. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.

As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2019 e 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos	31-12-2019	Adições	Abate Alienação	Transferências	31-12-2020	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Ativos intangíveis	7 822				7 822	7 822	0
TOTAL	7 822	0	0	0	7 822	7 822	0

Ativos Intangíveis	31-12-2019	Amortização	31-12-2020
TOTAL	7 452	370	7 822

Não existe quantias escrituradas de ativos intangíveis cuja titularidade está restringida e quantias escrituradas de ativos intangíveis dados como garantia de passivos.

6. Inventários

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando o custo médio ponderado como fórmula de custeio.

Em 2019 foi consignado à Farmácia Varela a preparação da medicação, individualizada a cada utente, serviço anteriormente realizado pelas enfermeiras das ERPI's.

O sistema de inventário utilizado é o permanente.

Existem bens, nomeadamente géneros alimentares, oferecidos por particulares ou empresas, que a SCMC os classifica, atribuindo valor de mercado e havendo controlo sobre o seu consumo, ficando os mesmos valorizados nos inventários.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica de "Inventários" e a quantia de inventários reconhecida como gasto do período, detalham-se conforme quadro que se segue:

Relatório de Atividades e Contas 2020

Designação	31-12-2020	31-12-2019
Existência Inicial	28 288	22 985
Compras	309 007	249 786
Existência Final	61 246	28 288
Gastos no período	276 049	244 483

O custo de mercadoria vendida e matéria consumida (CMVMC) subdividem-se:

Gastos no período	2020	2019
CMVMC		
Géneros Alimentares	140 279	134 748
Medicação e Encargos Saúde	37 017	32 096
Material Higiene e Conforto	69 259	52 383
Material Limpeza	24 497	20 412
Material Escritório/Didático	3 596	3 442
Material Diverso	1 401	1 405
Total	276 049	244 483

Não existe quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos.

7. Rendimentos

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes réditos e outros rendimentos:

Rubricas	2020	2019
Prestação de Serviços	812 764	845 090
<i>Quotas</i>	2 510	2 440
<i>Utentes e Comunidade</i>	810 254	842 650
Subsídios, doações e outros	1 583 699	1 441 346
<i>Subsídios do Estado e outros Entes Públicos</i>	1 553 362	1 433 661
<i>Subsídios de outras entidades</i>	30 337	7 685
Reversões	95 577	102 787
Outros Rendimentos e ganhos	478 402	373 720
Juros e outros rendimentos	1 215	4 862
TOTAL	2 971 658	2 767 806

Em **prestação de serviços** estão registados as mensalidades, as comparticipações utentes/familiares em regime de internamento, as comparticipações dos utentes do Centro de Convívio e do Cento Social do Pinheiro. Nesta rubrica estão registadas também os serviços sociais refeições, lavandaria, fraldas e serviços de fisioterapia, bem como as quotizações dos Irmãos da Santa Casa.

Relatório de Atividades e Contas 2020

Em 2020 houve diminuição de receitas do serviço de fisioterapia devido à pandemia coronavírus-19, pois esteve encerrado desde meados de março até maio. O Centro de Convívio também encerrou entre os meses de março e junho de 2020, assim como o Centro Social do Pinheiro.

Os *subsídios à exploração* são maioritariamente os apoios do Instituto da Segurança Social da Madeira, de acordo com os acordos de cooperação celebrados com a Instituição.

Em 2020 houve um aumento de comparticipação do Instituto de Segurança Social no montante de 3,5%, resolução n.º 459/2020 JORAM Série I n.º 112 de 15 de junho, e de 2%, resolução n.º 667/2020 JORAM Série I n.º 168 de 7 de setembro.

Em *outros rendimentos e ganhos* está registado as rendas, nomeadamente os Paços do Conselho - Câmara Municipal da Calheta, Centro de Saúde da Calheta - Hospital e da Conservatória do Registo Civil e Predial da Calheta; as imputações dos subsídios para investimentos, valor esse que em 2020 aumentou devido à conclusão da obra do Centro de Saúde - Hospital; as alienações do ativo fixo tangível; os donativos; a consignação do 0,05% do IRS, entre outros.

Na rubrica *reversões* encontra-se registado as reversões de perdas por imparidade de investimentos financeiros e de provisões. Mais informação na nota 9.

8. Subsídio e Outros Apoios do Governo

Anualmente é registado os incentivos ao investimento, atribuídos tanto pelo Instituto de Segurança Social, pelo Instituto de Desenvolvimento Regional, como por outras entidades.

Descrição	Total subsídios ao Investimento	Imputação de Subsídios Investimento		
		Total de anos anteriores	Do ano	Por imputar
Subsídios Obra	2 321 021	1 114 090	46 420	1 160 511
Subsídios Viaturas Seg. Social	71 392	71 392	0	0
Subsídios Viaturas IDR	39 259	39 259	0	0
Subsídios Equipamento Seg. Social	239 298	239 298	0	0
Adrama "Calheta + Social"	198 275	157 369	13 306	27 599
Viaturas Híbridas	35 000	21 000	7 000	7 000
	2 904 245	1 642 409	66 727	1 195 110
IDR – ERPI Nossa Senhora Estrela	3 184 844	28 570	14 285	3 141 989
IDR - Centro Saúde	3 275 629		162 392	3 113 237
	6 460 473	28 570	176 677	6 255 226
TOTAL	9 364 718	1 670 979	243 404	7 450 335

Ao analisar o quadro podemos verificar que, aquando da construção do edifício ERPI Nossa Senhora da Estrela e Centro de Dia foi apoiado pelo Governo Regional e pela Segurança Social, no montante de 2 321 021 euros. Anualmente é amortizado o valor de 46 420 euros. Do total de subsídio para as obras realizadas em 1996, ainda encontra-se por afetar aos anos seguintes 1 160 511 euros.

Relatório de Atividades e Contas 2020

Teve participação da Segurança Social a aquisição de equipamento básico no valor de 239 298 euros entre os anos de 1996 e 1999.

Foi apoiado também pela Segurança Social a aquisição de equipamento transporte no valor de 71 392 euros entre os anos de 1994 e 2010.

Em 2014 foi aprovada uma candidatura ao Instituto de Desenvolvimento Regional - IDR, para aquisição de uma viatura adaptada a pessoas com mobilidade reduzida no valor de 39 259 euros.

Uma candidatura ao investimento foi apoiada pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) em 2014, para remodelação da cozinha e lavandaria da Instituição, no montante de 198 275€.

Em dezembro de 2016 foi atribuído um apoio financeiro eventual, no montante de 35.000 euros, pelo Instituto de Segurança Social da Madeira, para a aquisição de duas viaturas ligeiras híbridas, de cinco lugares, adquiridas em 2017.

Durante o ano de 2017 foram feitas 2 candidaturas ao Instituto de Desenvolvimento Regional - IDR. Uma para “Obra de Remodelação e Ampliação do Centro de Saúde da Calheta” e outra para a “Obra de Remodelação e Ampliação da ERPI de Nossa Senhora da Estrela”.

Em 18-08-2017 foi aprovada a candidatura n.º “M1420-08-4842-FEDER-000002” para as “Obras de Remodelação e Ampliação da ERPI Nossa Senhora da Estrela” no montante de 2 307 758,68€, participada em 85% do valor elegível do investimento. Em 04-07-2019 foi aprovada uma reprogramação desta candidatura e o montante do apoio passou para 3 184 843,75€. Por diversas situações houve atraso no procedimento de contratação pública e consequentemente início da obra. Em 2021 talvez haja necessidade de uma reprogramação de modo a ajustar os valores de participação por parte do IDR.

Em 24-11-2017 foi aprovada a candidatura n.º “M1420-08-4842-FEDER-000004” para as “Obras de Remodelação e Ampliação do Centro de Saúde da Calheta”, no montante de 2 725 922,43€, apoiada em 85% do valor elegível do investimento. Em 04-02-2019 foi aprovada a reprogramação e o montante do apoio passou para 3 275 629,05€. Em 21-09-2020, após a conclusão dos trabalhos, foi solicitada uma nova reprogramação final para 3 821 289,56€, onde incluímos os trabalhos adicionais, os trabalhos complementares e a revisão de preços. Aguardamos por parte do Instituto Desenvolvimento Regional a sua aprovação.

9. Provisões, Passivos e Ativos Contingentes

As provisões estão reconhecidas tendo em conta o parágrafo 13 da NCRF 21:

- a) A entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- b) Seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos necessário para liquidar a obrigação;
- c) Possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Relatório de Atividades e Contas 2020

Em 2014 foram reconhecidas provisões no montante de 5 000 euros para fazer face a despesas com o processo relativo aos valores mobiliários representativos de dívida de curto prazo, que não foram reembolsados pela entidade emitente nos prazos previstos. No exercício de 2020 registamos o valor de 577 euros de reversão.

Em 2020 constituímos Provisões no montante de 44 773 euros para fazer face as custas de processo n.º 219/19.0BEFUN reclamação da Empresa JRS, no procedimento de contratação pública, referente a “Obra Remodelação e Ampliação da ERPI Nossa Senhora da Estrela”.

10. Imposto Sobre o Rendimento

A Instituição encontra-se isenta de IRC - Publicado no Diário da República - III série, n.º 6, de 8 de Janeiro de 1992, tanto na atividade económica principal, CAE 87301 - Atividades apoio social para pessoas idosas com alojamento, como nas atividades secundárias, nomeadamente CAE 88990 - Outras atividades de apoio social sem alojamento e CAE 86906 Outras atividades de saúde humana.

11. Instrumentos Financeiros

11.1 Outros créditos, ativos e passivos não correntes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as rubricas de outros créditos e ativos não correntes e outras dívidas a pagar apresentavam a seguinte decomposição:

Investimentos Financeiros	2020	2019
Outros créditos e ativos não correntes	7 341	4 775

Na rubrica outros créditos ativos não correntes são registadas as entregas efetuadas pela Santa Casa ao Fundo Compensação Trabalho (FCT), nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto. Não existe ativos dados como garantia.

11.2 Fornecedores, outros passivos correntes e créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as rubricas de fornecedores, outros passivos correntes e créditos a receber, apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2020			31-12-2019		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	TOTAL	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	TOTAL
Ativos						
Clientes e utentes	137 206	122 868	14 338	128 196	116 878	11 317
Outros ativos correntes	3 381 471	58 572	3 322 899	5 246 691		5 246 691
TOTAL do ATIVO	3 518 677	181 441	3 337 237	5 374 887	116 878	5 258 007
Passivo						
Fornecedores Curto prazo	56 224		56 224	30 775		30 775
Outras contas a pagar	448 506		448 506	1 363 466		1 363 466
TOTAL do PASSIVO	504 730	0	504 730	1 394 241	0	1 394 241
TOTAL LÍQUIDO	3 013 947	181 441	2 832 506	3 980 647	116 878	3 863 767

Relatório de Atividades e Contas 2020

Passamos a analisar mais detalhadamente a informação contida no quadro anterior.

Os valores referentes a “*Outros ativos correntes*” dizem respeito a:

Outros ativos correntes	31-12-2020	31-12-2019
Juros a receber (*a)	667	2 174
Receitas diferidas	8 872	16 209
Serviço Regional Saúde	77 059	32 947
Dívidas de utente	204	333
Subsídio IDR ERPI da Estrela	3 078 201	3 088 980
Subsídio IDR Centro Saúde	163 782	2 103 565
Instituto Seg. Social PO APMC	4 315	2 483
Outros Devedores - Fisioterapia	48 370	
TOTAL	3 381 471	5 246 691
Perda por Imparidade	58 572	
TOTAL	3 322 899	5 246 691

(*a) corresponde a acréscimos de rendimentos. Estes juros só serão recebidos efetivamente em 2021 mas referem-se a aplicações financeiras realizadas em 2020 e que devem ser refletidas nas contas do presente exercício.

Em relação ao passivo com o Serviço Regional de Saúde, em reunião com a tutela foi referido a continuação do pagamento da renda do Centro de Saúde da Calheta, o que não veio a acontecer após o início das obras, desde abril de 2019.

Durante o ano de 2020 foram efetuadas reuniões com o objetivo de atualizar a renda do Centro de Saúde, sem ter chegado a qualquer acordo em concreto. Deste modo foi criada perda por imparidade relativo a referida renda.

Foi solicitada a atualização do valor patrimonial do Centro de Saúde junto da Autoridade Tributária, estamos a aguardar a valor para poder reativar as negociações.

Os valores referentes a “*Outros passivos correntes*” correspondem a:

Outros passivos correntes	31-12-2020	31-12-2019
Fornecedores de Investimento (*A)	9 447	992 707
Férias e subsídio férias	230 041	206 783
Despesas diferidas (*B)	30 582	9 831
Dívidas a pessoal especializado	1 514	2 409
Dívidas a utentes (*C)	143 132	139 727
Penhora	0	124
UMP	300	0
Parcerias outras Instituições (PEA)	8 595	11 872
Fundo Emergência A. Social (FEAS)	24 748	0
Outras Operações - Sindicato	148	14
TOTAL	448 506	1 363 467

Relatório de Atividades e Contas 2020

(*a) A instituição não possui dívidas a terceiros superiores a um ano, exceto à empresa Saúl & Filhos Lda, no valor de 4 680 euros.

(*b) Despesas referente a 2020, faturadas em 2021.

(*c) Corresponde ao saldo líquido que resulta de parte das pensões deduzidas das despesas pessoais/extraordinárias dos utentes.

11.3 Reconhecimento das perdas por imparidade dos créditos a receber

No reconhecimento das perdas por imparidade de créditos a receber, o cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida e a expectativa de recuperabilidade dos saldos.

Perdas por Imparidade acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em dívida cliente	2020	2019
Até 12 meses	5 990	73 790
de 13 a 24 meses	73 790	11 132
Superior a 25 meses	43 088	31 956
TOTAL	122 868	116 878

Descrição	Perdas por imparidade do período	Reversões de perdas por imparidade do período	TOTAL
Imparidade/Reversões Clientes	5 990		-5 990
Imparidade/Reversões Outros	58 572		-58 572
Imparidade/Reversões Investimentos		95 000	95 000
Imparidade/Reversões Provisões		577	577
TOTAL	64 562	95 577	31 015

11.4 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentavam a seguinte decomposição:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2020	31-12-2019
Ativos		
Caixa	2 235	28 603
Depósito à ordem	971 387	345 043
Outros depósitos bancários	1 705 060	2 203 953
TOTAL	2 678 681	2 577 598

Verificou-se uma diminuição de valor em caixa uma vez que alterou-se o procedimento de 2019, em 2020 o valor a receber da fisioterapia registou-se em “outros devedores e credores”.

Relatório de Atividades e Contas 2020

Verificou-se um aumento no valor de depósitos à ordem, uma vez que foi pedido propostas de taxas a algumas Instituições bancárias e estas nos terem apresentado taxa de zero, mantendo-se deste modo os valores à ordem.

12 - Fornecimentos e Serviços Externos

Os gastos incorridos com fornecimento e serviços externos nos períodos de 2020 e 2019 foram os seguintes:

62 - Fornecimento Serviços Externos	2020	2019
Trabalhos especializados	15 637	13 369
Publicidade e propaganda	88	0
Honorários	36 915	46 049
Conservação e reparação	29 528	29 358
Serviços bancários	1 788	1 019
Materiais	22 631	5 436
Eletricidade	35 517	39 844
Gás	24 482	20 114
Gasóleo	12 554	15 670
Água	8 787	8 526
Deslocações e estadas	824	2 829
Comunicação	5 890	4 496
Seguros	3 641	3 485
Contencioso e notariado	1 111	1 802
Despesas representação	0	300
Outros Serviços	685	4 115
Rouparia	9 523	10 279
Encargos com utentes	6 838	5 158
Subtotal	216 439	211 847

Na rubrica *serviços especializada* houve um ligeiro aumento de custos inerente a manutenção dos serviços informáticos e de impressão.

Na rubrica *honorários* verificou-se um decréscimo de custos nomeadamente os custos com enfermagem devido a diminuição dos serviços prestados pelos prestadores externo devido a limitação imposta pela prevenção da Covid-19; os custos com a Maestrina do Coro da Instituição, devido ao cancelamento dos ensaios e os custos com engenheira da qualidade que também devido a pandemia foram reduzidos.

A rubrica de *manutenção e reparação* inclui as despesas com reparação e manutenção dos transportes, dos elevadores, dos equipamentos da cozinha e da lavandaria e manutenção das ERPIs. Em 2020 verificou-se um aumento de custos na reparação do elevador da ERPI de Nossa Senhora da Conceição.

Relatório de Atividades e Contas 2020

A rubrica *materiais* houve um acréscimo de custos em relação ao ano de 2019, devido aquisição do livro "Hospital Misericórdia da Calheta". A Câmara Municipal da Calheta apoiou financeiramente este custo.

Na rubrica *eletricidade* houve um decréscimo de custo e consequentemente houve um aumento do custo com a rubrica *gás*.

13. Benefícios dos empregados

Os gastos com o pessoal, incorridos nos períodos de 2020 e 2019 foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2020	2019
Remunerações do pessoal	1 392 948	1 348 740
Encargos sobre remunerações	281 205	274 793
Seguro acidentes trabalho	12 515	10 907
Outros gastos com o pessoal	7 711	10 711
TOTAL	1 694 378	1 645 151

A rubrica «Outros gastos com o pessoal» inclui gastos com a medicina no trabalho, com a formação e com compensação por caducidade de contrato de trabalho.

Os Órgão Sociais não são remunerados, apenas em situações pontuais são ressarcidos das despesas com os km percorridos, designadamente, quando utilizam as viaturas pessoais nas deslocações para representação da Instituição.

14 - Outros Gastos

Os outros gastos incorridos nos períodos de 2020 e de 2019 foram os seguintes:

68 - Outros gastos e perdas	2020	2019
Quotizações	1 220	1 340
Outros	1 933	643,29
Subtotal	3 153	1 983

As quotizações com outras instituições são a rubrica que apresenta valor mais significativo em "outros gastos" e corresponde às contribuições pagas a União das Misericórdias Portuguesas (UMP) e União das Instituições Particulares de Solidariedade Social da Madeira (UIPSS-Madeira).

15. Outras Informações

15.1 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:



Relatório de Atividades e Contas 2020

Estado e outros entes públicos	2020	2019
Ativos		
Restituição do IVA	6 153	2 472
Total	6 153	2 472
Passivo		
Retenção de imposto sobre rendimento	4 463	7 392
Contribuições para a Segurança Social	30 329	30 485
Fundo Compensação	277	187
Total	35 069	38 065

Tendo em conta a Lei n.º 64-B/2011 artigo 179.º, n.º 2, e o Decreto-Lei n.º 84/2017 de 21 de julho, as Instituições Particulares de Solidariedade Social têm direito à restituição de um montante equivalente, a 50% do IVA suportado relativo às operações previstas na alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de janeiro.

Deste modo a Instituição tem a receber de restituição de IVA de géneros alimentares, o valor de 6 153 euros.

Os valores em dívida em 31 de dezembro de 2020 refere-se a *retenção de imposto sobre o rendimento*, as *contribuições para a segurança social* e ao *fundo de compensação*, relativo ao mês de dezembro de 2020, pago em janeiro de 2021.

15.2 Diferimentos

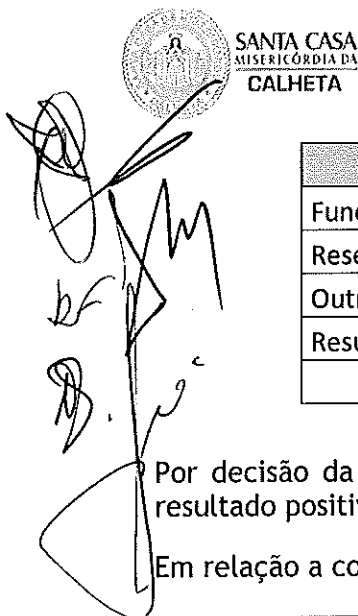
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	31-12-2020	31-12-2019
Ativos - Gastos a reconhecer		
Seguro automóvel	913	919
Seguros de instalações	184	184
Diário Notícias	246	221
Jornal Madeira	110	110
Truly Nolen	48	107
Medicina no Trabalho	0	928
Seguro Acidentes Trabalho	1 219	1 005
Seguro Voluntariado	0	102
Acingov	411	821
TOTAL	3 130	4 396

Houve uma receita diferida no valor de 15.000€, referente ao sinal da alíneação de um prédio. A escritura de compra e venda efetivou-se em 2021.

15.3 Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:



Relatório de Atividades e Contas 2020

Fundos Patrimoniais	31-12-2020	31-12-2019
Fundos	4 084 277	3 558 933
Reservas	25 574	25 574
Outras variações de fundos patrimoniais	7 601 263	7 844 666
Resultado líquido do período	342 299	525 344
TOTAL	12 053 412	11 954 517

Por decisão da Assembleia Geral no dia 25-06-2020, foi aprovado passar para fundos, o resultado positivo do exercício de 2019, no valor de 525 344€.

Em relação a composição das *outras variações de fundos patrimoniais* ver também nota 8.

Outras variações de fundos patrimoniais	31-12-2020	31-12-2019
Subsídios ao Investimento		
Subsídios Obras (1996)	1 160 511	1 206 931
Subsídios Calheta + Social (Adrama-IFAP)	27 599	40 906
Viaturas Híbridas	7 000	14 000
Subsídios IDR ERPI da Estrela	3 141 989	3 156 274
Subsídios IDR Centro Saúde	3 113 237	3 275 629
Subtotal	7 450 336	7 693 740
Doações	150 927	150 927
TOTAL	7 601 263	7 844 666

15.4 - Divulgações exigidas por diplomas legais

A Mesa Administrativa informa que a Instituição não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Mesa Administrativa informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários em 2020 dos revisores oficiais de contas foram de 4 000 euros (IVA excluído), referentes a serviços de revisão legal de contas.

15.5 - Eventos subsequentes

Em 2020 ocorreu o Estado de Emergência em todo o território nacional, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade, ocasionada pelo COVID-19, qualificada como uma pandemia internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 11 de março de 2020.

O impacto desta situação sobre a economia regional foi drástico e, inclusive, nos casos mais graves, condicionou ou limitou os recursos mínimos garantidos da sobrevivência e das condições básicas de vida dos segmentos mais carenciados da população.

Relatório de Atividades e Contas 2020

Considerando este facto relevante e o seu agravamento em 2021, justifica a sua divulgação mas não a alteração das demonstrações financeiras relativo ao ano de 2020.

As atividades de apoio social para pessoas com alojamento - ERPIS, e o apoio social para pessoas sem alojamento - serviço do apoio domiciliário, mantiveram o seu funcionamento em 2020, continuado em 2021, com as devidas restrições e cuidados. No entanto houve a necessidade de encerrar durante cerca de 2 meses, o Serviço de Fisioterapia, o Centro Convívio da Estrela e o Centro Social do Pinheiro, o que voltou a verificar-se no primeiro trimestre de 2021. No entanto a Mesa Administrativa está convicta que não está posta em causa a continuidade da Santa Casa.

Em 2020 houve aumento de custos com aquisição de equipamentos de proteção individual, para utilização pelos trabalhadores e utentes, nomeadamente máscaras, luvas, viseiras e outras; de higienização nomeadamente dispensa automática de desinfetantes, bem como os respetivos consumíveis; aquisição e instalação de dispositivos de controlo e distanciamento físico; aquisição de equipamentos para monitorização de parâmetros vitais que permitam detetar sintomas de Covid-19; isolamento físico de espaços e utilização de trabalhadores, utentes e visitantes, nomeadamente a instalação de divisórias entre os equipamentos; bem como a contratação temporária de colaboradores para dar resposta as novas exigências de organização e funcionamento dos serviços, no contexto da pandemia da Covid-19, de forma a garantir o cumprimento das normas estabelecidas e das recomendações emanadas pela Autoridade de Saúde.

Para colmatar o aumento de custos referidos anteriormente, houve apoio à Instituição por parte da Secretária Regional de Inclusão Social e Cidadania, através da Resolução n.º 602/2020 de 14 de agosto, pelo Fundo de Apoio à Economia Social - Social Ajuda +, no valor de 46.929€ €. Prevê-se a continuidade do apoio à Instituição em 2021.

Também em 2020 e tendo em conta o impacto negativo da pandemia sobre a economia regional e condicionando/limitando os recursos mínimos garantes da sobrevivência e das condições básicas de vida dos segmentos mais carenciados da população, através da Resolução n.º 134/2020, de 23 de março, foi criado um Fundo de Emergência para Apoio Social - FEAS e a Santa Casa foi entidade parceira na distribuição do apoio à população afetado na redução de rendimentos. Prevê-se a continuidade do apoio às famílias em 2021.

Em 2020 houve um Procedimento de Inspeção Interna motivada pelo pedido de restituição de 50% do IVA suportado na Obra do Centro de Saúde, no qual a Autoridade Tributária não reconhecia à Instituição o direito ao seu reembolso, no valor de 366 197 euros A Santa Casa apresentou recurso e neste momento aguardamos decisão do Tribunal.

Em relação às “Obras de Remodelação e Ampliação da ERPI Nossa Senhora da Estrela”, inicialmente foi adjudicada à Empresa AFAVIAS - Engenharia e Construções, S.A. tendo uma das empresas excluídas, JRS Construções, Lda., apresentado reclamação junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, que deu razão a Instituição. A Empresa recorreu em 28-02-2020 para o Tribunal Central Administrativo Sul, que lhes deu razão. Face a este Acórdão, o júri solicitou os esclarecimentos indicados e manteve a sua exclusão, com a empresa a apresentar recurso dessa decisão. Em Acórdão de 21-11-2020 o Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal julgou procedente o recurso da empresa JRS

Relatório de Atividades e Contas 2020

Construções Lda. A Mesa Administrativa, após novo relatório elaborado pelo júri do concurso, deliberou admitir a empresa JRS, classificando-a em 1.º lugar. Com a situação da pandemia Coronavirus-19, o início da obra atrasou-se.

Em 30 de março de 2021 foi assinado o Contrato de empreitada entre a Santa Casa e a empresa JRS - Construções, relativo a “Obra de Remodelação e Ampliação da ERPI Nossa Senhora da Estrela”, pelo preço Contratual de 2.729.225,35€ acrescido do IVA, à taxa legal. Prevemos que o início dos trabalhos ocorrerá no mês de Maio de 2021, com prazo de execução de 540 dias, a contar da data da sua consignação.

15.6 - Data de Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 10 de abril de 2021.

Propomos que o resultado positivo do exercício de 2020, no valor de 342.299€, seja transferido para a rubrica “Fundos”.

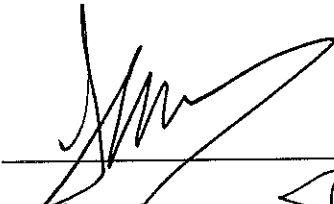
Calheta, 10 de abril de 2021

Contabilista Certificado n.º 12063 (M^a Conceição R. Silva Sousa)



Mesa Administrativa

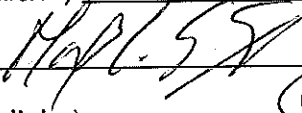
Provedor (José Mário de Sousa Nunes)



Vice Provedor (José Basílio Azevedo Santos)



Secretário (Manuel Luís Sousa Serrão)



Tesoureiro (Norberto Miguel Sousa Sardinha)



Vogal (Ana Maria Freitas Nóbrega)

